

Macroeconomia

O que limita o crescimento

Rogério Mori*

A DISCUSSÃO pela retomada do crescimento econômico brasileiro em ritmo mais acelerado ganhou força e espaço nos últimos meses. Basicamente, o governo retomou esse ponto após as eleições e recolocou na agenda esse debate. A idéia básica subjacente remonta à problemática de como aumentar o crescimento econômico médio brasileiro de cerca de 2,5% ao ano das duas últimas décadas para algo próximo a 5% ao ano. Em outras palavras, o governo colocou na mesa o desafio de acelerar o crescimento e não repetir o pífio resultado do primeiro mandato do presidente Lula, que em termos médios manteve-se rigidamente no mesmo patamar verificado desde os anos 1980.

É óbvio que os entraves ao crescimento não são poucos. Particularmente, o grande desafio do Brasil é como crescer em ritmo mais acelerado sem o surgimento de pressões inflacionárias que venham a comprometer os ganhos obtidos com a estabilização da inflação em patamar baixo desde a implementação do Plano Real em 1994.

É curioso observar que, gradativamente, ao longo do tempo o eixo da discussão em torno dos limitadores do crescimento foi mudando. Nos anos 1980 e início da década de 1990, o descontrole inflacionário era o principal responsável. Após o sucesso da estabilização, a agenda de redução do “Custo Brasil” e das reformas constitucionais tornaram-se fundamentais e, ao longo do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, essa agenda transitou para a problemática da valorização cambial e o desajuste das contas públicas. Com a mudança do regi-

me cambial em 1999 e a implementação do regime de metas para inflação, o eixo deslocou-se gradativamente para incertezas jurisdicionais e marcos regulatórios mal definidos.

Nesse contexto, o elemento essencial e consensual nesse debate remonta à necessidade da retomada de investimentos produtivos em bases mais vigorosas, como uma forma de ampliar a oferta agregada e acomodar expansões da demanda sem a geração de pressões inflacionárias. É claro que outros elementos associados à sustentabilidade de um patamar elevado de crescimento econômico no longo prazo, como a educação, não devem ser desprezados. No entanto, a retomada dos investimentos produtivos se mostra crucial com forma de permitir uma aceleração do ritmo do crescimento econômico brasileiro no médio prazo.

Países como Chile, Índia, China e Coreia do Sul tiveram um desempenho econômico em termos de crescimento muito superior ao brasileiro na última década. Não sem razão, a taxa de investimento como proporção do PIB dessas economias é bem superior à brasileira (vide tabela).

Em outras palavras, caso o objetivo do governo seja, de fato, atingir a média de 5% de crescimento do PIB nos próximos quatro anos, não existe muita alternativa à retomada dos investimentos produtivos no País. A questão chave nesse processo refere-se a quais são os elementos essenciais que devem ser lidados para que isso ocorra.

Nesse ponto, uma miríade de questões e problemas é apresentada no bojo dessa discussão. Elementos como incerteza

Taxa de crescimento e investimento

	Crescimento do PIB [% aa] ¹	Taxa de Investimento [% do PIB] ²
Brasil	2,2	19,5
Chile	4,2	23,3
China	8,9	35,3
Coreia do Sul	4,4	32,0
Índia	5,6	22,7

Fonte: FMI e Banco Mundial (1) 1996-2005 (2) 1995-2004

jurisdicional e marco regulatório têm um papel importante como limitador de investimentos no Brasil. No entanto, outros elementos mais relevantes surgem nesse contexto e se apresentam como mais prioritários.

Do lado do governo, é óbvio que a necessidade da retomada dos investimentos do setor público, particularmente em infra-estrutura, são fundamentais para a economia brasileira. Porém, a “falência” do setor público em um ambiente de virtual descontrole dos gastos correntes limita o espaço disponível em orçamento para a realização de investimentos. Adicionalmente, esse fenômeno carregou em si, ante a necessidade de ajuste das contas públicas nos últimos anos, um aumento da carga tributária brasileira sem precedentes na história recente do País. Tal fato, sem dúvida, tem afetado em grande medida as decisões de investimento do setor privado no País.

Outros limitadores importantes residem na taxa de juros e na taxa de câmbio. Apesar da queda da taxa básica de juros, as taxas cobradas na ponta do empréstimo ainda permanecem significativamente elevadas, limitando a capacidade de investimento do setor privado. Do lado da taxa de câmbio, a apreciação real observada nos últimos anos também tem limitado o País como um atrativo de investimentos do setor privado nacional e estrangeiro.

Em outras palavras, os entraves são muitos e as soluções ainda parecem distantes. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV-EESP